

FEAM	
Protocolo nº: 762904/2008	FUNDACÃO ESTADUAL 52 FL. Nº MEIO AMBIENTE
Divisão: PROFORM	
Mat.: Visto: MP	

feam

Processo n.º 02211/2001/002/2005
Ref. Auto de Infração n.º: 2166/2005
Pedido de reconsideração apresentada por AUTO POSTO SUPREMO LTDA.

PARECER JURÍDICO

I) RELATÓRIO

1 – O Empreendimento foi multado em 24-11-2006 como incurso no inciso 2, do § 3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, alterado parcialmente pelo Decreto nº 43.127/02, por ter cometido as seguintes irregularidades, verbis:

“§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;”

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou seu pedido de reconsideração, alegando, em síntese, que:

-apresentou em 11/05/06 toda a documentação solicitada pela FEAM;

- não causou danos ambientais;

- vem tomando as medidas necessárias à adequação ambiental.

3- Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Pedido de Reconsideração não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, conseqüentemente, tornar sem efeito a decisão proferida pela CIF/COPAM.

4- Importa esclarecer à defesa que a autuação se deu por descumprimento de determinação legal, que impõe a regularização ambiental do empreendimento anteriormente ao início de qualquer obra, instalação ou operação, o que por si só configura o ilícito.

Após a constatação da ilegalidade, instaura-se o processo administrativo, seara competente para a aplicação do invocado princípio do devido processo legal. Como todo processo, uma sucessão de atos deve ser praticada para que se culmine na aplicação da sanção legalmente prevista para o caso concreto. Não importa se o momento da aplicação da penalidade coincidiu

MP



feam

com a realização das adequações ou pedido de licenciamento ambiental, posto que o fato gerador da sanção ocorreu em momento anterior à tal obtenção.

2


5- Além disso, não é possível constatar, por meio das razões apresentadas na defesa, a veracidade das informações, tampouco há elementos no processo que possam formar o convencimento desta procuradoria no sentido de confirmar se, de fato, a empresa cumpriu as determinações do COPAM. Por essa razão, cumpre a manutenção da penalidade cabível.

II) CONCLUSÃO

Isto posto, considerando que não foram apresentados argumentos, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar as infrações cometidas, recomendamos a manutenção da multa aplicada às fls.22 dos autos.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2008.


Daniela Nogueira de Almeida
Consultora Jurídica
OAB/MG 74367


Joaquim Martins da Silva Filho
Procurador Chefe da FEAM
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2